Iniciativa Portuguesa do Fórum da Governação da Internet 2019

Mensagens da Covilhã
Messages from Covilhã

13 de novembro de 2019
13th November 2019

ANACOM Autoridade Nacional de Comunicações
apdsi Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CNCS Centro Nacional de Cibersegurança PORTUGAL
.pt
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
IAPMEI
Presidência do Conselho de Ministros Secretaria-Geral
tice.pt Polo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica
Universidade Beira Interior

Que tipo de Internet queremos? Cooperação nas políticas públicas do digital nos contextos nacional e global

Num só painel fomos enriquecidos com a pluralidade de ideias existentes, mas que no fim acabam por se cruzar. É consensual que "the user comes first", no objetivo de se proporcionar a melhor resposta de maneira mais rápida, deixando claro que a divisão existente entre empresas, governos e consumidores é somente artificial.

A discussão sobre a regulamentação é unânime sobre o dever da sua existência. Não deixa espaço para dúvidas que esta acarreta consigo fatores indispensáveis ao utilizador como a transparência e a confiança no uso da Internet. Deste modo, a regulamentação, deve acompanhar, por mais complicado que seja, as alterações tecnológicas. São exemplos da mesma a antipirataria e o antiterrorismo. A confiança é também trazida pelo conceito "ecossistema" utilizado para englobar todos os utilizadores, a forma como agir como e para um todo. O conceito desperta opiniões contrárias, na consideração de que o próprio significa hierarquia onde os mais fortes saem vitoriosos e onde a viabilidade de injustiças é um facto.

Vantajosamente, a Internet proporciona ao utilizador deixar para trás a conceção de que não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo e oferece uma vasta rede de contactos e informações. Não obstante, a utilização da Internet melhora a partir do momento em que o utilizador compreende como a mesma funciona, devendo haver uma aposta prévia na educação sobre o que é, e como funciona a Internet, pois um dia os utilizadores serão também os responsáveis pela regulamentação.

Conteúdos ilícitos na Internet – "Dark web: a regulação acende a luz?"

A uniformização de conceitos é de extrema importância para dar resposta à pergunta formulada – Dark web: a regulação acende a luz? – uma vez que, sendo a Internet um sistema global, é fundamental que para fazermos face aos desafios que esta apresenta, utilizemos a mesma linguagem e que conceitos tão relevantes como "licitude", "ilicitude", "autorregulação" ou "liberdade de expressão" tenham um significado que, se não comum, pelo menos seja compreendido e aceite por todos, pois só assim será possível em conjunto alcançarmos soluções globais.

A Internet, ao longo dos anos, evoluiu para um espaço que oferece um leque de possibilidades e escolhas, permitindo a cada indivíduo o uso do conteúdo aí disponibilizado para diversos propósitos, os quais se podem apresentar como lícitos e meritórios ou ilícitos e nocivos. Nesta medida, cada utilizador é responsável pela utilização que faz da Internet e dos recursos que esta disponibiliza, uma vez que à semelhança do plano físico, também no mundo digital são os comportamentos desviantes dos utilizadores que consubstanciam crimes e que, portanto, dão origem à existência de realidades paralelas, como a darkweb. Na qualidade de utilizadores, e no que de bom e mau isso representa, somos todos responsáveis pelo que a Internet é hoje.

A autorregulação apresenta-se como uma solução possível para ultrapassar os principais problemas resultantes de uma utilização nociva da Internet, embora não seja isenta de dificuldades, pois com a existência de diferentes ordenamentos jurídicos, diferentes valores e culturas, torna-se altamente complexo reunir consensos entre os vários stakeholders, pelo que se deverá levantar a possibilidade de se criar uma entidade reguladora global da Internet que proporcione as condições necessárias para a autorregulação.

Comportamentos, segurança e confiança no ciberespaço

O comportamento humano é uma vertente fundamental da cibersegurança. Deve, portanto, haver uma sensibilização por parte das instituições e da sociedade para a necessidade de cada cidadão agir como o seu próprio protetor, a partir da adoção de certo tipo de comportamentos cuidadosos, alertando para alguns riscos que devem ser prevenidos.

A cibersegurança também coloca princípios em conflito: existe uma perceção de que para se elevar o nível de uns, outros terão de ser necessariamente menorizados. O aumento da cibersegurança coloca em causa, inevitavelmente, outros princípios, como, por exemplo, o do conforto. Perante a realidade sistémica da dificuldade que entidades burocráticas e hierarquizadas, como são os Estados, têm para acompanhar a agilidade e rapidez de agentes maliciosos num paradigma que evolui a grande velocidade, é importante uma base reguladora e plataformas de articulação das partes interessadas.

Existe um conflito de ideias quando se afirma que a tecnologia se apresenta apenas como um veículo que transporta as intenções do utilizador, que é efetivamente neutra, havendo unicamente o bom e o mau uso da tecnologia; em oposição, considera-se que o comportamento do utilizador é de facto importante, mas que deve olhar-se para esta situação de uma maneira holística, visto que pessoas, processos e tecnologia agem de forma integrada.

Tecnologias Descentralizadas = Democracia?

A tecnologia descentralizada é uma forma de democracia diferente, mas não deixa de ser democracia. Esta foi uma das principais conclusões da sessão intitulada “Tecnologias Descentralizadas = Democracia?”.

Quando se fala em democracia, logo surge o termo “net neutrality”, o direito democrático de emitir conteúdos para a Internet e um princípio que, dada a rapidez do progresso, tem sofrido ameaças, embora seja de reconhecer que todos temos igual direito ao tráfego.

Definir a tecnologia blockchain é dizer que servirá para quebrar barreiras e criar ecossistemas que permitem o surgimento de novos negócios.
A tecnologia formata a nossa maneira de pensar e de agir e estas são manifestamente diferentes entre um nativo digital e um nativo analógico.
A Internet vive, hoje, em contextos políticos descentralizados e que nos levam, enquanto cidadãos, a ter dificuldades de adaptação a diversos contextos, até porque no mundo da Internet tudo é extremamente dinâmico e fluído, o que constitui uma dificuldade adicional: a da regulamentação nos diferentes contextos Geopolíticos.

A descentralização não é mais nem menos democrática; é sim uma nova forma de democracia que envolve milhões de devices que estão diariamente ligados entre si.

- A tecnologia blockchain ainda é recente e ainda não é claro todo o seu potencial e aplicabilidade;
- Deve existir regulação, pois caso não exista pode proliferar informação pouco verdadeira, provocando danos complexos nos meios em que se insere;
- Supervisão confunde-se com regulação mas têm de coexistir;
- Blockchain é uma tecnologia com bons e maus exemplos práticos, mas diferenciadora e que contribui para a democracia digital.

What kind of Internet do we want? Cooperation in public policies at national and global levels

In a single panel, we were enriched with the plurality of existing ideas, but which eventually come together. It is generally agreed that "the user comes first", in order to provide the best response faster, making it clear that the separation between companies, governments and consumers is only artificial.

The discussion about regulation is unanimous regarding the duty of its existence. It leaves no doubt that it brings indispensable factors for the user such as transparency and trust in the use of the Internet. Thus, regulation must accompany, however complicated it may be, technological changes. Examples are anti-piracy and anti-terrorism. Trust is also brought over by the concept of "ecosystem" used to encompass all users, a way to act as a whole. The concept arouses contrary opinions, considering that it can mean hierarchy where the strongest come out victorious and where the viability of injustices is a fact.

Advantageously, the Internet provides the user with the idea that they can be in two places at the same time and offers a vast network of contacts and information. However, the use of the Internet improves once the user understands how it works, and there should be a clear commitment towards education about what the Internet is and how it works, because one, day users will also be the ones responsible for regulation.

Illicit Content on the Internet – "Dark Web: does the regulation turn on the light?"

The standardization of concepts is extremely important to answer the question - Dark web: does regulation turn on the light? - as the Internet is a global system, it is crucial that in order to meet the challenges it presents, we use the same language and that relevant concepts such as "lawfulness", "unlawfulness", "self-regulation" or "freedom of expression" have a meaning that can be shared by all and only then will it be possible to reach global solutions together.

The Internet, over the years, has evolved into a space that offers a range of possibilities and choices, allowing each individual to use the content made available for various purposes, which can be presented as lawful and meritorious or illicit and harmful. To this extent, each user is responsible for their use of the Internet and the resources it makes available, as in the physical realm, also in the digital world it is the deviant behaviors of users that substantiate crimes and thus allows the existence of parallel realities like the darkweb. As users, we are all responsible for what the Internet is today.

Self-regulation is a possible solution to overcome the main problems resulting from harmful use of the Internet, although it is not without its difficulties. With the existence of different legal systems, different values and cultures, it is highly complex to gather consensus among the various stakeholders, and it should be considered the possibility of creating a global Internet regulator that would make self-regulation possible.

Behaviours, Security and Trust in the Cyberspace

Human behaviour is a fundamental aspect of cybersecurity. Therefore, institutions' and society should provide awareness for each citizen to act as their own protector, adopting a thorough behaviour, and alerting to risks that must be prevented.

Cybersecurity also creates conflicts among principles: there is a perception that in order to raise the bar to some principles, others will necessarily have to be downgraded. Increased cybersecurity inevitably undermines other principles, such as comfort. Given the systemic reality of the difficulty that bureaucratic and hierarchical entities, such as states, have to keep up with the agility and speed of malicious agents in a rapidly evolving paradigm, a regulatory base and platforms for stakeholders' articulation is important.

There is a conflict of ideas when it is claimed that technology presents itself only as a vehicle that carries the user's intentions, which is effectively neutral, with only good and bad use of technology; on the other hand, it is claimed that user behaviour is indeed important, but should be seen in a holistic way, since people, processes and technology act in an integrated manner.

Decentralized Technologies = Democracy?

Decentralized technology is a different form of democracy, but, nonetheless, it's still democracy. This was one of the main conclusions of the session entitled "Decentralized Technologies = Democracy?".

When it comes to democracy, we can't avoid talking about "net neutrality", the democratic right to make our content available on the Internet and a principle that, given the speed of progress, has been threatened, although we must recognize that everyone has the same right when on web.

Defining a blockchain technology is to break down barriers and create ecosystems that use or emerge from new business based on the web.

Technology shapes our way of thinking and acting, and these are distinctly different between a digital native and an analog native.

Nowadays, the Internet lives in decentralized political contexts that leads us, as citizens, to several difficulties in adapting to different contexts, because the Internet world is extremely fast and fluid, and deals with an additional difficulty: we live in different geopolitical contexts.

Decentralization is neither more nor less democratic; It's a new form of democracy that involves millions of devices constantly linked together.

- Blockchain technology is still new and its full potential and applicability is not clear yet;
- There must be regulation, because if it does not exist untruthful information can proliferate, causing complex damage to the environment in which it operates
- You can, as a mistake, mingle supervision with regulation but supervision should exist too;
- There are good and bad examples of blockchain technology, but it's, for sure, a differentiating technology which contributes to digital democracy.

www.governacaointernet.pt

Produção: novembro 2019